

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

ATA NÚMERO 33/XIII/ 1.ª SL

Aos 23 dias do mês de março de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas n.ºs 30 a 32.
2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019.
3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2016.
4. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 13/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016-2019.
5. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia “Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade [COM(2016)25]”.
Autora do relatório: Deputada Hortense Martins (PS).
6. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia “DIRETIVA DO CONSELHO que estabelece regras contra as práticas de elisão fiscal que afetam diretamente o funcionamento do mercado interno [COM(2016)26]”.
Autor do relatório: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE - Audição, com caráter de urgência, do Ministro das Finanças Mário Centeno e do Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, acerca do processo de alienação do Novo Banco.
8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD - Audição do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças sobre a estratégia do Governo no âmbito dos swap contratados entre empresas públicas e o Banco Santander Totta.
9. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 69/XIII/1.ª – “Solicita que a Lei em vigor sobre empréstimos bancários para habitação seja revista”. (Relator cabe ao GP PS).

10. Apreciação das sínteses das audiências concedidas à ESTA e à APPA.

11. Outros Assuntos.

1. Apreciação e votação das Atas n.º 30 a 32.

As atas foram aprovadas por unanimidade.

2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 11/XIII/1.ª (GOV) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019.

A redação final proposta pela DAPLEN foi aceite sem votos contra.

3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2016.

A redação final proposta pela DAPLEN foi aceite, sem votos contra, com exceção das sugestões referentes aos artigos 25.º, 35.º, 102.º e 137.º do projeto de decreto. Foram ainda deliberadas correções na redação final do texto dos artigos 32.º, 36.º, 44.º, 56.º, 76.º, 95.º, 125.º (que se fundiu com o 126.º), 132.º, 141.º, 162.º e 207.º.

4. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 13/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016-2019.

A redação final proposta pela DAPLEN foi aceite sem votos contra.

5. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia “Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade [COM(2016)25]”.

Autora do relatório: Deputada Hortense Martins (PS).

Na impossibilidade de a Senhora Deputada Hortense Martins (PS) apresentar o relatório em causa, coube ao Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) fazê-lo. O relatório foi aprovado por unanimidade.

6. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia “DIRETIVA DO CONSELHO que estabelece regras contra as práticas de elisão fiscal que afetam diretamente o funcionamento do mercado interno [COM(2016)26]”.

Autor do relatório: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) informou a Comissão de que, devido aos trabalhos de especialidade do processo orçamental, não lhe foi possível elaborar um relatório aprofundado sobre a iniciativa em questão, sendo que, como já ficou vincado numa prévia reunião da Comissão, o intuito desta metodologia é, efetivamente, escrutinar com rigor a iniciativa europeia.

7. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE - Audição, com caráter de urgência, do Ministro das Finanças Mário Centeno e do Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, acerca do processo de alienação do Novo Banco.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o requerimento, expondo os motivos que estiveram na origem do mesmo. A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) realçou que o processo de venda do Novo Banco deve ser transparente mas não debatido em público, ressalvando, não obstante, que o PSD não se oporia ao mesmo.

Votado, o requerimento foi aprovado com os votos a favor de PS, BE e PCP e a abstenção de PSD e CDS-PP.

8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD - Audição do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças sobre a estratégia do Governo no âmbito dos swap contratados entre empresas públicas e o Banco Santander Totta.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) apresentou o requerimento, sublinhando as razões que estiveram na sua génese. O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou que o PCP acompanha o requerimento, discordando, todavia, da exposição de motivos, considerando existirem omissões e incorreções na mesma, no que toca à diligência do XIX governo constitucional na tentativa de resolução da questão. O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) reiterou os argumentos do PSD e referiu que a substância do requerimento ficaria para a audição.

O requerimento foi aprovado com os votos favoráveis de PSD, BE, CDS-PP e PCP e a abstenção do PS.

9. Apreciação da Nota de Admissibilidade e nomeação de Relator da Petição n.º 69/XIII/1.^a – “Solicita que a Lei em vigor sobre empréstimos bancários para habitação seja revista”. (Relator cabe ao GP PS).

O GP PS indicou como relatora a Senhora Deputada Ana Passos.

10. Apreciação das sínteses das audiências concedidas à ESTA e à APPA.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), na qualidade de Vice-Presidente da Comissão, apresentou as sínteses das audiências, suscitando questões procedimentais sobre a realização das audiências, nomeadamente a ausência de regras específicas sobre o seu formato, e sugeriu que em futuros processos orçamentais não se efetuem audiências durante as audições ao Governo em sede de especialidade.

A Senhora Presidente destacou que o processo orçamental teve um ritmo e uma intensidade acima do normal, dificultando a presença mais efetiva dos GP's nas audiências, e concordou com a antecipação das audiências face ao processo de especialidade, no que foi corroborada pela Senhora Deputada Cecília Meireles.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) também manifestou a sua concordância com a proposta do Senhor Vice-Presidente e sugeriu reter a mesma para a preparação de futuros processos orçamentais.

11. Outros Assuntos

O Senhor Deputado João Galamba (PS) propôs incutir maior celeridade às iniciativas legislativas em apreciação em Grupos de Trabalho, nomeadamente as concernentes às penhoras por dívidas fiscais (excluindo a iniciativa de âmbito mais genérico, envolvendo dívidas por crédito bancário) e à obrigatoriedade de refletir a baixa das taxas de juro nos contratos de crédito à habitação, com vista à aprovação de textos finais na próxima reunião. Invocou as notícias que apontam para uma manutenção das realidades que levaram à apresentação destas propostas.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) manifestou a sua concordância e enfatizou a necessidade de agilizar a aprovação estas iniciativas.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) declarou que o CDS-PP não se opõe, realçando que a questão da suspensão das penhoras pode ser decidida por despacho do Governo como aconteceu com as dívidas à Segurança Social. No que respeita à obrigatoriedade de refletir as taxas de juro nos contratos em vigor, realçou que os Bancos não cumprem o que já é previsto legalmente, nem a carta-aviso do Banco de Portugal e que, perante a passividade do supervisor, é necessário perguntar quem supervisiona o supervisor.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) declarou concordar com a proposta.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) afirmando entender a necessidade de celeridade, considerou também importante ouvir o Banco de Portugal e a Associação Portuguesa de Bancos e sugeriu tentar fazer as audições na 3.^a feira, uma vez que as votações se realizam 4.^a feira.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) concordou, referindo que se for possível realizar as audições na 3.^a feira se procederá às mesmas mas que, caso não seja possível, se avançará com as iniciativas que incidem sobre as questões contratuais, uma vez que, de qualquer modo, é conhecida a posição quer do Banco de Portugal quer da Associação Portuguesa de Bancos. Sugeriu ainda efetuar reuniões dos GT's antes da reunião da COFMA na 4.^a feira dia 30 de março.

Fixou-se como prazo-limite para apresentação de propostas de alteração as 18 horas de 3.^a feira, dia 29, reunindo o GT da impenhorabilidade de habitação própria permanente às 10 horas do dia 29.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) solicitou que os Deputados membros de cada GT fossem informados da metodologia fixada.

Noutro âmbito, o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) perguntou pelo ponto da situação do requerimento do PS, aprovado em reunião da COFMA, no sentido de ouvir os ex-governantes Miguel Relvas e Isabel Castelo Branco, realçando a notícia em como o ex-ministro Miguel Relvas teria manifestado a sua indisponibilidade para comparecer na COFMA.

A Senhora Presidente referiu que a COFMA ainda não recebeu o relatório da UTAM sobre a venda do Banco Efisa, notando que o deliberado é que as audições se realizem após a receção deste relatório, dentro, naturalmente, de um prazo razoável.

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de março de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 23 de março de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Eurico Brilhante Dias
Fernando Anastácio
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
João Galamba
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Cristóvão Norte
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Hortense Martins
João Pinho de Almeida